

ITARIRI — "Índio já pulou muito, de um lugar para outro. Hoje estamos numa pirambeira e mesmo assim, querem que o índio volte a pular. Mas nós vamos chamar índios de todas as aldeias, de Ubatuba, do Espírito Santo. Se invadirem nossas terras eu mando tocar flecha. Vai morrer invasor dentro do mato. E o urubu vai descer em cima dele".

A constatação de que a aldeia guarani de Itariri está disposta a defender suas terras, e inclusive as frases enfáticas de que "eu morro pelo meu povo, eu morro pela minha terra" é do velho cacique guarani, de 84 anos, capitão Antônio Branco, que vem enfrentando nos últimos tempos uma ameaça. O proprietário de dois lotes — números 30 e 47 — dentro da área ocupada pelos índios, no sítio do Itatins, já anunciou que vai derrubar a cerca erguida pelos índios na margem esquerda do Rio do Azeite. E a aldeia replicou com outra ameaça: vai defender as terras, que mesmo tituladas a particulares, estão sendo ocupadas pelos índios há várias décadas, havendo inclusive no lote 30, o cemitério indígena.

Na última sexta-feira, quando repórteres da região e da Capital visitaram a aldeia guarani de Itariri, onde moram atualmente cerca de 10 famílias (fora os índios visitantes, do Espírito Santo, que estão dando apoio à causa de defesa da terra), puderam constatar que a ameaça de conflito armado não é apenas uma simples pressão psicológica. Os guaranis já providenciaram um estoque razoável de arcos e flechas e também bordunas. E o capitão Antônio Branco não concorda nem um pouco com a entrevista concedida por Waldemar Alves da Silva (proprietário dos lotes dentro da área indígena) que prefere acreditar que os índios estão servindo de instrumentos de algum grupo ou entidade interessados em manter um conflito armado".

"Índio sabe pensar. Índio não precisa de ninguém falando por ele. Se Waldemar entrar em nossa terra vai virar churrasco", acentua Antônio Branco, que não perde o humor mesmo quando aborda essa questão. O capitão confidencia que antes os índios faziam puçás, armadilhas para pegar invasores. Mas agora ele pretende espalhar índios pelo mato para atirar flechas em todos aqueles que insistirem em abrir estrada em terra indígena.

Apesar de manter disposição para a defesa armada, e de vir enviando cartas para índios de outras aldeias, Antônio Branco está consciente que a solução do problema para a área de 300 hectares ocupada pela aldeia e que ficou fora da reserva decretada em lei de 1963, "tem que vir do governador". A solução, no seu entender, envolve a desapropriação, indenizando-se os proprietários que possuem títulos de terras dos índios.

E quando fala em limpar a área indígena de invasores, Antônio Branco não se refere unicamente a Waldemar Alves da Silva (Waldemar Baiano) que, na sexta-feira, garantia à imprensa que iria colocar "um trator para derrubar a cerca", que guarda as terras da margem esquerda do rio. Antônio Branco também quer tirar dessa área um posseiro antigo, conhecido como Santo. Antônio Branco tem convicções firmes: "Posseiro é amigo pela frente. Por trás é adversário".

UNI DÁ APOIO

Além do apoio que tem recebido de aldeias próximas, como visita de guaranis da aldeia da Barragem de SP do Espírito Santo e de Ubatuba, o capitão Antônio Branco recebeu, na última sexta-feira a visita de dois emissários da União das Nações Indígenas — UNI —, órgão que nasceu há cinco anos e que é dirigido por conselhos regionais formado apenas por índios. Alton Krenac e Alvaro Tukano são coordenadores regionais e também a nível nacional da UNI e tiveram participação no episódio do Xingu, quando, por liderança do índio Raoni, houve o sequestro de dirigentes da Funai tendo o Governo Federal concordado em aceitar todas as exigências dos índios, entregando inclusive a direção do Parque ao sobrinho de Raoni, Megaron.

Alton acompanha a questão da aldeia de Itariri há muito tempo, tendo inclusive ido à PPI informar-se sobre a situação das terras que ficaram fora da reserva de 809 hectares e

Armados e atocaiados,

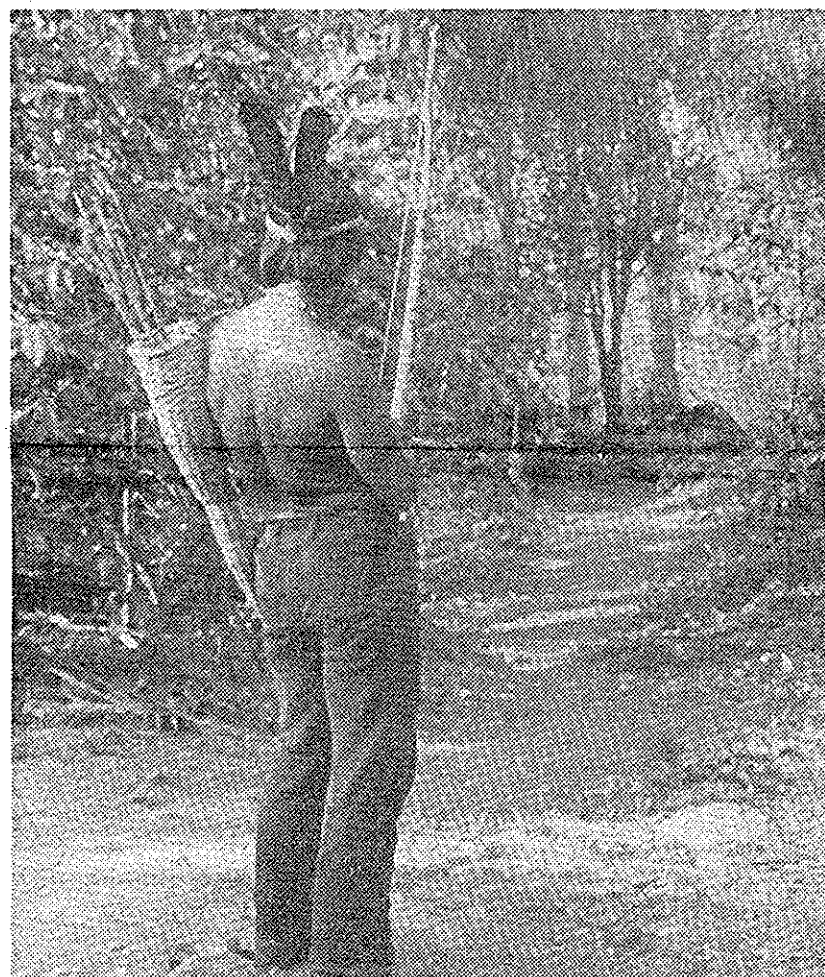


Armados com arcos, flechas e bordunas, os guaranis de Itariri prometem convocar outras tribos

os guaranis ameaçam:

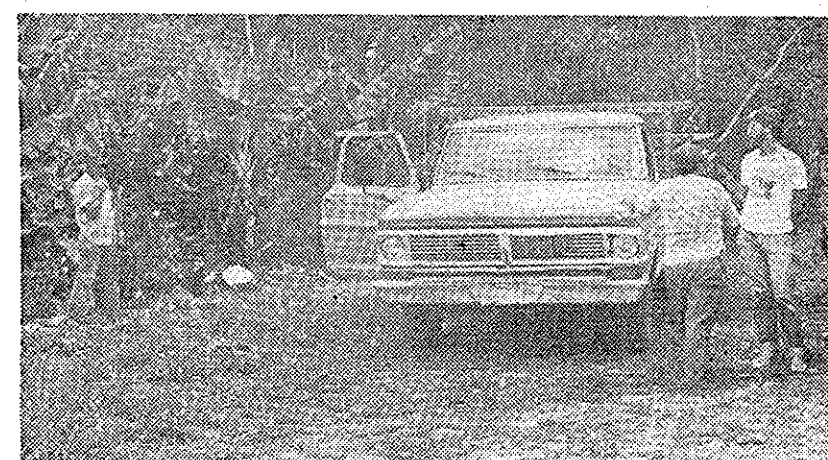


Os guaranis mantêm hábitos e tradições primitivos



Atocaiado na mata, o índio espera o invasor

"Vai morrer invasor"



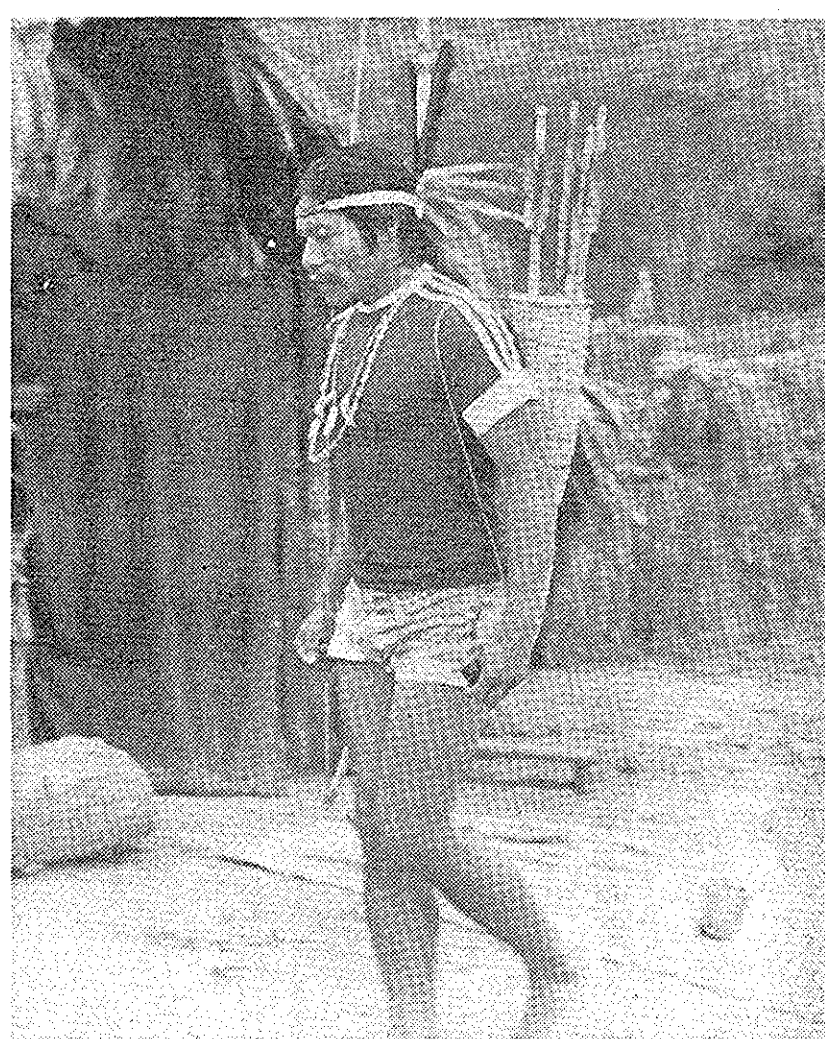
A estrada continua sendo aberta, apesar da ameaça



Waldemar possui o título



O cacique Antônio Branco



O clima de luta domina toda a tribo

que estão sendo demarcadas pelo convênio da PPI-Sudelpa. Na ocasião, segundo Alton, um procurador da PPI havia informado que a venda dos lotes pelo Serviço de Colonização ocorreria de forma irregular".

"Nós sabemos que o Governo Montoro não é o culpado pela situação que ocorreu na época do Getúlio, quando a lei era do faroeste e prevalecia no Estado, a política dos coronéis. Mas é obrigação desse governo resolver um problema que está ocorrendo agora, e corrigir as irregularidades feitas no passado. O Estado errou vendendo terras indígenas ilegalmente. E cabe ao Estado indenizar essas pessoas", pondera o índio.

Segundo Alton, ele não critica Waldemar Baiano de estar buscando seus direitos. Mas deixa claro que a UNI vai apoiar a aldeia na defesa armada de suas terras. "A mesma situação está ocorrendo em outros pontos do País. No Xingu, por exemplo a associação dos fazendeiros, que comprou terras no quarto andar, diz que chegou antes dos índios. Mas se os índios não estavam no Xingu, onde eles viviam então, na época da descoberta do Brasil?" pergunta Alton.

"Não é por acaso, também, que Itariri tem o nome de Itariri, frisa o índio Krenac. Se não houvesse índios aqui, Itariri deveria chamar-se Lisboa ou Além Mar". Segundo Alton, a venda de terras de índio a particulares, especialmente no Xingu, sempre ocorreu com as partes sabendo que havia ocupação indígena. Só que a transação se consumava porque todos sabiam que, atrás dos negócios, viriam as altas indenizações.

No caso de Itariri, Alton acredita que a situação não seja a mesma, tanto que percebeu que envolvem também agricultores modestos como é o caso de Waldemar Baiano. Mas essa questão de pessoas que receberam títulos sem nunca terem ocupado efetivamente a terra, conforme rezava o contrato do Serviço de Colonização, está sendo apurado pelo Cimi — Conselho Indigenista Missionário, que dá assistência aos índios. Segundo Alberto Capucci, as terras de Itariri foram vendidas a pessoas de influência na política. A família Petenê, por exemplo, foi proprietária dos lotes que foram vendidos, posteriormente a Waldemar Baiano, que necessitou de vários anos para conseguir regularizar sua documentação.

Dos cinco lotes que possui escrituras, Waldemar admite que nunca desmatou os lotes 30 e 47, embora ele esbraveje e garanta que os índios estão sendo instrumentalizados. Waldemar, inclusive, garante que vai invadir as terras da margem esquerda nos próximos dias, já que obteve autorização de seu advogado Alberto Pugliese. No seu entender, quem esta desrespeitando a propriedade particular são os índios, uma vez que eles possuem reserva, que fica serra acima.

O índio Alvaro Tukano, da UNI, assim como Alton, garante que, se necessário, virão índios até do Xingu para defender a aldeia de Itariri. Mas eles acham que a solução está com o Governo Montoro. "O governador não tem condições de resolver todas as questões dos brancos que são muitas. Mas ele tem uma oportunidade enorme de resolver a questão indígena, com a qual comprometeu-se durante a campanha, "expõe Alvaro Tukano, que é repórter do Jornal Indígena, editado pela UNI. Alton é o editor do mesmo jornal.

No entender de Tukano, a desapropriação parece ser a solução, uma vez que estaria sendo resolvido um problema global. Além do mais — frisa o índio — o guarani merece respeito de qualquer paulista, em razão de seu sofrimento.

Concluindo, Alvaro Tukano deixa claro que, para o índio não interessa a questão de sucessão. Mas para Montoro o problema é importante. Se ele não se empenhar nessa questão, ele vai se sujar", frisa o índio, assinalando a disposição de se mobilizar aldeias criando-se então, uma situação política de fato.

Alton Krenac pretende manter contato com a Sudelpa, que já se comprometeu a entrar em ação a favor dos índios. O que não se sabe, porém, é se a autarquia terá respaldo suficiente para ingressar com ação contra o próprio Governo, no caso a PPI, visando a anulação de títulos ou movendo uma ação de desapropriação.